

Património em perigo



1999



2002

Fig. 1 e 2: Palácio de Valflores, em Santa Iria de Azóia.

Desde os primeiros números da **Pedra & Cal** tem sido chamada a atenção nesta coluna para casos significativos do que se considera ser "património em perigo". Apesar do muito que tem sido feito ou que se está a fazer para acudir a essas situações, os casos apontados mais não pretendem ser do que uma pequena amostra do muitíssimo que falta ainda fazer no campo do restauro ou da reabilitação para que o país possa estar bem com o riquíssimo património construído que possuímos. Deixando por agora de fora as situações que afectam os tecidos residenciais das nossas cidades – tema que, pela sua extensão e gravidade tem sido recorrente nestas páginas – pareceu interessante tentar averiguar o que nos dois ou três anos transcorridos se terá passado relativamente aos casos singulares que foram sendo apontados. Relembrando sucessivamente tais casos, faz-se um apelo a

quem puder deles dar notícia, fazendo chegar à revista informações que possam acerca da evolução de cada uma dessas situações.

1. Palácio de Valflores, em Santa Iria de Azóia, nos arredores de Lisboa (n.º 3/Julho 1999). Como mostram as imagens, foi fatal a demora na tomada de medidas de protecção. As grandes chuvadas de Inverno do ano passado provocaram a derrocada de grande parte da maravilhosa loggia renascentista do palácio. Há uns meses atrás, uma associação local de defesa do património promoveu um encontro no vizinho castelo de Pirescoxe – este felizmente adquirido e salvaguardado pelo Município de Loures – para se debater a situação e encontrar soluções. Mas não foi possível saber de qualquer evolução. Será que a Câmara de Loures ou a aludida associação poderão fornecer informações sobre o assunto?

2. Forte da Graça, em Elvas (n.º 4). Trata-se talvez da nossa mais emblemática fortificação da época moderna, relativamente preservada pelo facto de ter sido utilizada sem interrupção até há poucos anos, sendo depois desactivada. No artigo sugeria-se a instalação no local de um museu das fortificações portuguesas no mundo e apelava-se ao IPPAR, à DGEMN, ao Ministério da Defesa e à Câmara Municipal para que, juntando esforços, dessem corpo à ideia.

3. Casas da Picanceira, no concelho de Mafra (n.º 5). Constituído por uma série extremamente interessante de habitações rurais padronizadas destinada no séc. XIX ao alojamento de trabalhadores açoreanos, este valioso conjunto corre o risco de

uma rápida descaracterização pelo facto de as casas estarem a ser vendidas para segundas residências. No artigo faz-se um apelo à Câmara Municipal de Mafra no sentido de tomar iniciativas, tanto no plano regulamentar como no operacional, para salvaguardar este património único.

4. Conventos de Montemor-o-Novo (n.º 6). A propósito de um ciclo de debates promovido em Outubro de 2000 pelas "Oficinas do Convento", prestimosa associação cultural que tem desenvolvido uma assinalável actividade, chamava-se a atenção para o problema de novos usos a dar aos conventos existentes na cidade. Num destes, o da Saudação, situado no perímetro do castelo, está a funcionar um centro internacional de dança. Desconhecem-se no entanto os resultados de uma acção reiterada que o Município tem desenvolvido no sentido da reabilitação deste valioso património.

5. Palácio da Rosa, em Lisboa (n.º 10). A propósito da cedência pela Câmara Municipal deste importante edifício a uma empresa hoteleira, chamava-se a atenção para a necessidade de obter garantias relativas à preservação do carácter arquitectónico do imóvel e da fruição pública de um património singular. Não tendo sido publicadas informações acerca do desenvolvimento do processo, e tendo-se verificado uma importante alteração política na direcção do Município, seria interessante conhecer as actuais perspectivas relativas a este caso.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto.